



**Ministério Público
de Contas**
Mato Grosso

Gabinete do Procurador de Contas
Gustavo Coelho Deschamps
Telefone: (65) 3613-7616
E-mail: godeschamps@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fls. _____
Rub. _____

EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO

Processo: 19.524-3/2013

Assunto: Representação Interna c/ pedido cautelar

Unidade: Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana

Responsável: Sr. Cinésio Nunes de Oliveira

DILIGÊNCIA/MPC Nº 069/2014

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, representado pelo Procurador que ao final subscreve, no uso de suas atribuições institucionais, vem à digna presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 100 do Regimento Interno dessa Egrégia Corte de Contas (Resolução nº 14/2007), converter a emissão de parecer em

DILIGÊNCIA COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR

nos termos apresentados a seguir:

Trata-se de **representação interna com pedido de medida cautelar** proposta pela Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia em face da **Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana – SETPU**, motivada pelas irregularidades constatadas no acompanhamento simultâneo 2013, no que se refere à Concorrência Pública nº 031/2013/SETPU.



Em **relatório preliminar**, a equipe de auditoria constatou irregularidades no edital do processo licitatório, apontando **sobrepço no montante de R\$ 6.330.732,69 (seis milhões trezentos e trinta mil setecentos e trinta e dois e sessenta e nove centavos)**. Desta feita, foi proposta **medida cautelar para suspensão do procedimento licitatório (Concorrência n.º 031/2013/SETPU)**, com **abertura das propostas prevista para o dia 31 de julho de 2013**, enquanto perdurassem as irregularidades constatadas referentes a sobrepreço e inconsistências no Projeto Básico. Ainda, foi sugerido a citação do gestor, oportunizando o direito à ampla defesa e ao contraditório, e após a aplicação de multa pelas irregularidades apontadas.

Ato contínuo, em **12/08/2013**, o Conselheiro Relator, sem se manifestar acerca do pedido cautelar, determinou a citação do Sr. Cinésio Nunes de Oliveira, Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, concedendo-lhe prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa, sendo esse prorrogado por mais 15 dias a partir de 10/09/2013.

Diante da inércia do gestor, os autos foram encaminhados a este **Ministério Público de Contas**, que, em **14/10/2013**, manifestou-se por intermédio do **Parecer nº 7.997/2013**, requerendo o **trâmite urgente dos autos**, tendo em vista a iminente homologação do processo licitatório – CP nº 031/2013; preliminarmente, opinando pela **decretação de revelia** e pela **concessão de medida cautelar** para que o gestor se abstinhasse de homologar e/ou proceder à contratação do objeto da Concorrência Pública nº 031/2013/SETPU; no mérito, pelo **conhecimento e procedência** da representação interna, haja vista a constatação das irregularidades apontadas como GB 02 e GB 11 e a comprovação de sobrepreço no valor de R\$ 6.330.732,69; **anulação do procedimento licitatório de CP 031/2013/SETPU**, tendo em vista que as correções necessárias implicariam em alterações desde o Projeto Básico; e por fim pela **aplicação de multa** e



recomendação.

Após, em **17/01/2014**, o Conselheiro Relator proferiu Julgamento Singular, decidindo pela procedência da representação, considerando revel o gestor da SETPU e aplicando multa pelo não encaminhamento dos documentos e informações referentes ao 3º quadrimestre de 2012.

Em **28/02/2014** foi protocolada neste Tribunal manifestação do gestor da Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana – SETPU.

Em **07/03/2014**, o Conselheiro Relator tornou sem efeito o Julgamento Singular anteriormente proferido e publicado no D.O.E de 21/01/2014.

Posteriormente, em **09/04/2013**, proferiu Despacho Saneador em que apresentou as justificativas que o levaram a decisão de tornar sem efeito o Julgamento Singular e admitir as alegações apresentadas extemporaneamente pelo gestor. Por fim, determinou o retorno dos autos a SECEX de Obras e Serviços de Engenharia para análise das alegações prestadas e elaboração do Relatório de Defesa, ainda sem se manifestar sobre o pedido cautelar tanto da SECEX como do Ministério Público de Contas.

Nesse relatório, a equipe de auditoria manteve as irregularidades inicialmente apontadas, sugerindo ao Conselheiro Relator a determinação ao gestor para que promova a adequação nos contratos firmados a partir da CP nº 031/2013/SETPU, bem o estorno dos valores medidos irregularmente.

Em decorrência do procedimento licitatório de **Concorrência Pública nº 031/2013/SETPU**, foram firmados os **contratos: 324/2013-SETPU** com a empresa **JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA**, no valor de **R\$ 22.985.000,00** e **325/2013-SETPU** com a empresa **AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, no valor de **R\$ 30.527.864,45**.



Conforme informações constantes do **Sistema GEO-OBRA**s no site deste Tribunal, os **contratos nº 324/2013-SETPU e 325/2013-SETPU estão em execução**, inclusive tendo sido realizada a 1ª medição em cada um dos contratos.

Em relatório técnico de defesa, a equipe de auditoria verificou que, apesar do gestor reconhecer a irregularidade apontada e proceder a alteração na planilha orçamentária, não foi comprovada a mesma alteração na planilha dos contratos nº 324 e 325/2013. Ademais, constatou que pagamentos foram realizados nos itens relativos a administração local da obra (item 1.5) e excesso no quantitativo da placa de identificação da obra (item 2.2), culminando em determinação ao gestor da SETPU que *“realize o estorno dos valores medidos irregularmente”*.

Dessa forma, presentes estão os requisitos autorizadores da liminar pleiteada, como *fumus boni iuris*, dada as irregularidades demonstradas e ainda presentes nos contratos nº 324/2013-SETPU e 325/2013-SETPU e do *periculum in mora*, tendo em vista que a continuidade da execução contratual poderá gerar dano ao erário por superfaturamento.

Diante da situação exposta, este Ministério Público de Contas pugna pelo **deferimento de medida cautelar**, com o objetivo de **determinar** ao gestor responsável, **Sr. Cinésio Nunes de Oliveira**, Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, **a suspensão dos pagamentos aos contratos nº 324/2013-SETPU e 325/2013-SETPU até a devida comprovação perante este Tribunal de Contas, no prazo de 30 dias, do cumprimento de todas as determinações constantes no relatório técnico de defesa da SECEX Obras**, sob pena de aplicação de multa por descumprimento de determinação deste Tribunal (art. 75, IV, da Lei Orgânica do TCE/MT).

Considerando que os contratos nº 324/2013-SETPU e 325/2013-SETPU estão em plena execução e sendo realizados pagamentos às empresas



contratadas, este *Parquet* de Contas demanda, novamente, pelo trâmite urgente dos autos, com fundamento no art. 89, IX do Regimento Interno do TCE/MT.

Por fim, considerando que estão demonstrados nos autos a ocorrência de **sobrepço superior a R\$ 06 milhões de reais e deficiências no Projeto Básico**, bem como a execução contratual em curso ensejadora de **possíveis danos ao erário por superfaturamento**, urge a **necessidade de manifestação por parte de Vossa Excelência quanto à concessão do pedido de medida cautelar**.

Pelo exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, no uso de suas atribuições institucionais, **requer**:

a) o trâmite urgente dos autos, tendo em vista que os contratos nº 324/2013-SETPU e 325/2013-SETPU estão em plena execução e sendo realizados pagamentos às empresas contratadas, com fundamento no art. 89, IX do Regimento Interno do TCE/MT;

b) a concessão de medida cautelar a fim de **determinar** do gestor responsável, **Sr. Cinésio Nunes de Oliveira**, Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, **a suspensão dos pagamentos aos contratos nº 324/2013-SETPU e 325/2013-SETPU até a devida comprovação perante este Tribunal de Contas**, no prazo de 30 dias, do cumprimento de todas as determinações constantes no relatório técnico de defesa da SECEX Obras, **sob pena de aplicação de multa** por descumprimento de determinação (art. 75, IV, da Lei Orgânica do TCE/MT), bem como **condenação à restituição dos valores pagos irregularmente após a presente determinação**, sem prejuízo, ainda, de **medidas coercitivas como o afastamento temporário do cargo ou função pública** (arts. 79; 82; 83, I, da Lei Orgânica do TCE/MT);

c) por fim, o retorno dos autos ao *Parquet* de Contas para emissão de parecer quanto ao mérito das irregularidades.



**Ministério Público
de Contas**
Mato Grosso

Gabinete do Procurador de Contas
Gustavo Coelho Deschamps
Telefone: (65) 3613-7616
E-mail: godeschamps@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fls. _____
Rub. _____

Nesses termos,

Pede deferimento.

Ministério Público de Contas, em Cuiabá, 24 de julho de 2014.

(assinatura digital)*

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS

Procurador de Contas

* Documento assinado digitalmente de acordo com a Resolução Normativa TCE/MT nº 09/2012.